

# O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra<sup>1</sup>

**Marcio Lauria Monteiro**

Mestre em História  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

---

<sup>1</sup> Este artigo é fruto de uma pesquisa parcialmente desenvolvida com recursos da Capes. Agradeço a Icaro Rossignoli pela leitura crítica, a Isabella Meucci pelas sugestões feitas no parecer recebido e a Morgana Romão e João Soares pela revisão atenciosa.

### **O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra**

**Resumo:** O tema deste artigo é a história do movimento trotskista internacional nas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial (1944-63). A partir da análise de documentos e artigos publicados ao longo desse período por seus diferentes setores, pôde-se mapear uma série de (re)leituras (explícitas ou não) do arcabouço teórico-analítico original desse movimento, realizadas com vistas a melhor compreender as diferentes revoluções que então ocorriam e a delinear programas de intervenção para elas. Tais (re)leituras geraram intensos conflitos, sendo um elemento importante da sua crescente fragmentação. Assim, ainda que a história desse movimento no pós-guerra não se limite a tais (re)leituras, elas são fundamentais para se compreender de forma mais apurada a sua atual configuração.

**Palavras-chave:** 1. Quarta Internacional; 2. Trotskismo; 3. Revoluções do pós-guerra.

### **The international Trotskyist movement and the post-World War II revolutions**

**Abstract:** The theme of this article is the history of the international Trotskyist movement in the first decades following the end of World War II (1944-63). By means of the analysis of documents and articles published throughout this period by its different sectors it was possible to detect a number of (re)readings (explicit or not) of the original theoretical and analytical framework of this movement, accomplished carried out with the aim of better understanding the different revolutions then occurring and to formulate intervention programs for them. Those (re)readings have generated intense conflicts, being an important element of its increasing fragmentation. Thus, although the history of this movement in the postwar period is not limited to those conflicts, they are fundamental for a better understanding of its current configuration.

**Keywords:** 1. Fourth International; 2. Trotskyism; 3. Postwar revolutions.

**A** Quarta Internacional foi fundada em 1938 por Leon Trotsky, após o abandono da condição de fração externa que a Oposição de Esquerda Internacional manteve diante da *Comintern* até 1934 e a sua opção de se tornar um novo partido internacional. Mas, desde a sua fundação, ela se encontrava bastante fragilizada, uma vez que praticamente toda a direção da antiga oposição fora assassinada pelos stalinistas ao longo da década de 1930, tendo Leon Trotsky o mesmo destino em 1940. Assim, somando uma liderança frágil às duras condições impostas pela Segunda Guerra Mundial, a nova Internacional, na prática, deixou de existir durante o começo dos anos 1940, vindo a ser reorganizada ao longo de 1944-1948, a partir da soma dos esforços de uma nova geração ativistas europeus sob a liderança do *Socialist Workers Party* (SWP) dos Estados Unidos.

A forma como a liderança do SWP procedeu nessa reorganização da Quarta Internacional foi marcada pela previsão de que ocorreria uma profunda crise econômica mundial e de que se abriria um período revolucionário. Para tal, ela conduziu à nova direção internacional aqueles que concordavam com tal posição e, em resposta às intensas polêmicas que surgiram em torno dela, tomou uma série de medidas, entre as quais expulsões e a modificação dos estatutos da organização internacional para instituir o chamado “centralismo de organismo” (a exigência de que os membros dos organismos dirigentes se comportassem de forma unitária perante o restante da organização) e uma série de manobras para forjar uma maioria artificial no Segundo Congresso Mundial (1948) (JENKINGS, 1977; RICHARDSON; BORSTEIN, 1986, p.215).

Apesar desses conflitos do período 1944-1948, a situação se agravou ainda mais quando a expansão soviética no Leste Europeu, a ruptura Tito-Stalin e a Guerra da Coreia deram início a novas e profundas discordâncias entre os trotskistas ao longo dos anos 1950-1960. Os principais debates giraram em torno da possibilidade ou não de um “giro revolucionário” por parte do

stalinismo diante do acirramento da Guerra Fria; e da eclosão de revoluções sem a presença de um partido revolucionário à sua frente, com um programa nacional-democrático, com predomínio de forças sociais localizadas no setor econômico agrário e sem a presença de organismos de democracia de base (*soviets*), particularmente nos países periféricos.

O destino dos trotskistas ao longo deste período de intensos conflitos que se seguiu ao fim da Segunda Guerra foi dramático, uma vez que o movimento permaneceu incapaz de romper seu isolamento e se popularizar como referência política. Ao contrário, os trotskistas passaram por um crescente processo de fragmentação, em grande parte influenciado pelas agudas polêmicas internas. A fragmentação teve natureza organizativa e política, dando origem a uma série de “truncos históricos”, a partir dos quais as vertentes passaram a se diferenciar, sendo impossível definir nos dias de hoje o que é o trotskismo.

O objetivo deste artigo é investigar aspectos da longa crise do movimento trotskista entre 1944 e 1963, apresentando um mapeamento de algumas das transformações do seu arcabouço teórico-programático no pós-guerra, particularmente a partir da expansão soviética no Leste Europeu, das Revoluções Iugoslava, Chinesa, Cubana e do processo de independência argelino, transformações essas que envolveram uma crescente diferenciação de análises e posicionamentos entre versões trotskistas.

### As narrativas predominantes e a questão do “revisionismo pablista”

Atualmente são raros os trabalhos que abordam a história do movimento trotskista desde seu âmbito internacional. Os poucos que o fazem escrevem, em grande parte, tentativas de “histórias oficiais” de determinada corrente, buscando legitimar sua existência frente às demais. Frequentemente tais narrativas são repletas de omissões ou mesmo distorções, além de quase não apresentarem fontes que as embasem suficientemente. Não obstante, são elas que são utilizadas com maior frequência enquanto referência por pesquisadores que se dedicam a escrever a história dos vários grupos nacionais que

compunham e/ou compõem o movimento trotskista – o que tem sido o formato mais usual das pesquisas acadêmicas sobre o assunto.

Independentemente das diferenças entre essas narrativas, para explicar o começo da crise e a fragmentação do trotskismo costuma predominar o período 1951-1953 e as divergências surgidas diante das revoluções que ocorreram na sequência da Segunda Guerra Mundial, com destaque para a querela em torno do chamado “pablismo” (ou “revisionismo pablista”). É do racha ocorrido em 1953 que usualmente são estruturadas as explicações e linhas narrativas principais que disputam a memória e história do trotskismo.

Michel Pablo, pseudônimo de Michalis Raptis, foi uma liderança alçada à direção internacional por intermédio do SWP, tornando-se o Secretário Geral da Quarta Internacional em 1946. O período 1951-1953 no interior da organização foi marcado por intensos conflitos em torno das posições que este dirigente apresentou no contexto da Guerra Fria, bem como dos métodos utilizados por ele para consolidá-las no interior da Quarta Internacional, marcados por manobras burocráticas baseadas em “novos estatutos”. Estes previam, em particular, a imposição do “centralismo de organismo” às minorias dos órgãos dirigentes, a interferência da direção internacional na composição das lideranças nacionais, a suspensão de opositores, etc.

Conforme se detalhará adiante, supondo que uma iminente Terceira Guerra Mundial forçaria as direções comunistas orientadas pela União Soviética a efetuar um “giro revolucionário”, tendo como base a divisão entre “mundo capitalista” e “mundo socialista”, Pablo defendeu a caracterização do trotskismo como ala esquerda do stalinismo. Essa orientação concluía pela dissolução dos trotskistas no interior dos Partidos Comunistas, acompanhada do “mascaramento” de seu programa político (movimento que ficaria conhecido por “entrismo *sui generis*”). Dessa forma, Pablo e seus aliados mais próximos adotaram posições que se afastavam de orientações anteriores da Quarta Internacional, em particular a política de diferenciação com relação a organizações caracterizadas como reformistas ou stalinistas, e a ideia de que a regeneração democrática da União Soviética seria resultado de uma “revolução política” essencialmente anti-stalinista.

As divergências com essas ideias e com os métodos utilizados por Pablo para impô-las culminaram, em 1950, na expulsão de lideranças trotskistas

inglesas (Ted Grant, Jock Haston e Bill Hunter) e, em 1952, na ruptura da maioria da “seção” francesa (*Parti Communiste Internationaliste*, PCI) com relação à Quarta Internacional. No período após a realização do 3º *Congresso Mundial* da Quarta Internacional (1951), no qual as posições “pablistas” foram formalmente aprovadas, o choque entre maioria e minoria cresceu ao ponto de ter culminado, em fins de 1953, em novas rupturas. Este processo deu origem, nos Estados Unidos, a uma fração pública nomeada por *Comitê Internacional* (CI) e que não reconhecia a autoridade de Pablo e do *Secretariado Internacional* (SI, então o órgão dirigente máximo da Quarta Internacional).

Lançado pelo SWP dos Estados Unidos, o CI contou com os dissidentes franceses (PCI) e ingleses (estes últimos denominados *The Club*, nome informal do grupo que atuava no interior do *Labour Party* de forma não pública); além de canadenses, chineses e suíços; posteriormente, ainda, de grupos da Argentina, Chile e Peru agrupados no *Comité Latino Americano del Trotskismo Ortodoxo* (posteriormente rebatizado “Secretariado”, SLATO). Também se aproximou do CI, mas sem aderir formalmente, o racha da seção boliviana liderado por Guillermo Lora. (ALEXANDER, 1991, p.325)

Não tendo logrado sucesso imediato em sua intenção de adiar o 4º *Congresso Mundial* (previsto para 1954) e remover Pablo do cargo de Secretário Geral, o CI se manteve formalmente na condição de fração pública até 1963, quando parte de seus grupos membros retornou à Quarta Internacional, originando o que passou a ser conhecido como *Secretariado Unificado da Quarta Internacional* (SU). Frente ao surgimento do SU, os demais grupos da fração que já completava dez anos responderam proclamando o CI como embrião de um novo “partido internacional”, que viria a substituir a Quarta Internacional, por eles considerada “degenerada”.

Desse processo de dissidência entre os membros do CI, surgiram duas narrativas político-históricas. A linha narrativa associada ao setor recém retornado ao SI de Pablo afirmava que a realidade do pós-guerra teria apresentado formas “não puras” de revoluções, que diferiam daquelas defendidas originalmente na Quarta Internacional e na elaboração original sobre a transição ao socialismo contida na teoria da revolução permanente de Trotsky. Enquanto o setor majoritário da direção internacional teria feito as adaptações programáticas necessárias a esses fenômenos, o setor minoritário

teria agido de forma dogmática e sectária, ao se recusar a lidar com aquilo que fugia às suas fórmulas pré-concebidas. O retorno de parte dos setores do CI, em 1963 (formando o SU) era visto como um processo de “correção da política”, em particular depois das experiências das revoluções argelina (1954-1962) e cubana (1959-1960), fenômenos muito importantes para esta reaproximação (FRANK [1969] 1979; BENSÁID, [2002] 2008).

Já a versão associada aos grupos do CI que não optaram por participar da formação do SU, via a “correção política” realizada pelo setor majoritário da direção internacional como um “revisionismo” nocivo que diluía a importância do partido marxista enquanto elemento consciente necessário ao triunfo da revolução socialista e que levou a capitulações oportunistas. Revisionismo esse frequentemente chamado de “pablismo” e que teria sido imposto à Quarta Internacional na forma de manobras burocráticas e de interferência autoritária na vida interna das suas seções nacionais – forçando a ruptura dos seus críticos, como forma de poderem continuar a travar sua luta política oposicionista. Assim, a saída de parte dos grupos do CI para formarem o SU em 1963 é vista por alguns como uma “capitulação” tardia deles ao “revisionismo pablista”. (NORTH, 1988; MARIE, [1977] 1990; PETIT, [1963] 1980; SAGRA, 2005)

Todas as linhas narrativas são marcadas por omissões e distorções, explicações superficiais e apresentam pouca documentação. O que todas têm em comum é o reconhecimento da centralidade das revoluções do pós-guerra para a crise do movimento trotskista, uma vez que suas peculiaridades fugiam à “regra” prevista nas elaborações originais. Todavia, como o SU se apresentava como a continuação direta da Quarta Internacional, a crise do movimento trotskista era vista por seus membros como meras rupturas isoladas de alas “sectárias”. Já da parte de seus críticos, que buscavam afirmar que o setor majoritário desse movimento “se perdera”, bem como se diferenciar das demais cisões, há muitos artigos e brochuras com um foco quase exclusivo na questão do “revisionismo pablista”.

Apesar de terem sido centrais nas disputas que provocaram o racha de 1953, as ideias mais particulares de Pablo tiveram impacto temporal limitado. Já em meados de 1954, com o arrefecimento do clima de intensa polarização internacional entre a União Soviética e os Estados Unidos e, conseqüentemente, também dos discursos radicais assumidos por alguns PCs ao redor do mundo

nos anos anteriores, ele se viu em dificuldades para sustentar suas previsões de uma iminente Terceira Guerra Mundial e de um “giro revolucionário” por parte das direções stalinistas.<sup>2</sup> Além disso, é interessante mencionar que as análises e posicionamentos delineados por muitos “antipablistas” tinham elementos fundamentais em comum com as daqueles que eles mesmos denunciavam como “revisionistas”.

Tendo tais fatos em vista, é problemático que se reduza a crise do trotskismo ao “revisionismo pablista” e aos embates do período 1951-1953 – como se Pablo e seus aliados mais próximos, sob o impacto dos complexos desafios políticos do pós-guerra, tivessem sido os únicos a realizar uma releitura do arcabouço teórico-programático original do movimento trotskista ou, por outro lado, como se seus adversários fossem meramente “sectários”. O quadro verdadeiro é muito mais complexo.

O estudo cuidadoso da história do movimento trotskista no pós-guerra demonstra que uma profunda confusão teórica e analítica se espalhou entre seus membros, apanhados de surpresa ante a vitalidade das direções comunistas alinhadas com a União Soviética diante das massas europeias ao fim da guerra, pela expansão soviética no Leste Europeu e pela eclosão de processos revolucionários que lograram expropriar política e economicamente as classes dominantes em alguns países e estabelecer novas formações sociais não capitalistas, sem que tivessem a sua frente partidos considerados revolucionários. Assim, para se compreender de forma mais apurada a crise desse movimento, é essencial que se vá além.

É necessário detectar os elementos que compõem o “núcleo” das ideias, as tendo originado e a elas sobrevivido ao longo das décadas seguintes, quando as previsões mais imediatas de Pablo se demonstraram equivocadas. Só assim se pode dar conta das (re)leituras operadas por ele e por outros em relação a determinados aspectos centrais do arcabouço teórico-programático original do movimento trotskista, enquanto tentativa de responder a esses novos e complexos fenômenos da luta de classes. Da mesma forma, é essencial que se vá

---

<sup>2</sup> Pablo inclusive se voltou contra seus apoiadores mais próximos (George Clarke, Murray Downswon, John Lawrence, Michelle Mestre) quando esses propuseram no 4º Congresso Mundial a completa dissolução da Quarta Internacional e a entrada definitiva dos trotskistas nos PCs (FELDMAN, 1977, p. 4).



além da compreensão dos opositores de Pablo como simplesmente negadores de suas ideias mais particulares e se analise de maneira mais detida a forma como eles próprios compreendiam tal arcabouço – e como que alguns deles também operaram consideráveis (re)leituras. Sem que se proceda desta maneira, é impossível que se compreenda como surgiram tantos “trotskismos” tão diferentes uns dos outros ao longo da segunda metade do século XX.

A partir da análise de fontes diversas, compreendidas no período 1944-1963, a conclusão a que se chegou é que na realidade ambos os lados operaram *releituras* de aspectos centrais de determinado arcabouço, na tentativa de compreenderem e se posicionarem diante das revoluções que então ocorriam, dotadas de importantes peculiaridades frente àquilo que se esperava a partir da teoria da revolução permanente. E, em muitos aspectos, compartilharam determinadas releituras, ainda que chegando a conclusões práticas diferentes. Assim, para se compreender de forma mais apurada como o trotskismo chegou a essa atual fragmentação e diferenciação consideráveis, se faz necessário mapear suas análises e debates sobre as revoluções do pós-guerra.

Tais análises e debates lidavam principalmente com a caracterização da força política que esteve à frente de parte das revoluções vitoriosas do período, isto é, o *stalinismo*: se era contrarrevolucionário “de cabo a rabo”; se possuía uma natureza “dual” e “contraditória” e se havia se tornado “objetivamente revolucionário” sob as condições da Guerra Fria. Lidavam também com o sentido da chamada teoria da revolução permanente – se um postulado sobre a impossibilidade de revoluções socialistas nas quais os trotskistas não fossem o sujeito político e o proletariado o sujeito social; se uma teoria que teria sido plenamente “confirmada” pelos eventos do pós-guerra; se uma teoria que necessitaria ser “atualizada” ou “corrigida” à luz desses eventos. E lidavam ainda com a *transição ao socialismo* – se é possível (e/ou necessário) um regime “intermediário”, de transição entre capitalismo e ditadura do proletariado.

Por mais que no imediato pós-guerra importantes polêmicas tenham sido travadas pelos trotskistas, são os debates em torno desses três pontos, ocorridos ao longo dos anos 1948-1963, que moldaram de forma mais fundamental alguns de seus principais “truncos históricos” atualmente existentes. Ao longo dos anos 1960-1970 também foram realizadas importantes discussões (por exemplo, acerca da viabilidade da “via armada”), mas, em boa parte, o núcleo desses

“troncos” já estava determinado por suas análises delineadas ao longo dos anos anteriores. E em grande parte, o mesmo se pode afirmar sobre a forma como eles analisaram e se posicionaram ante as contrarrevoluções (restaurações capitalistas) ocorridas no “bloco soviético” ao final do século.

Não obstante, cabe ressaltar que também é impossível atingir uma compreensão apurada acerca da crise do movimento trotskista internacional sem uma dimensão *social* de sua história. Assim, é necessário reconhecer que o presente trabalho não dá conta de explicar por inteiro a crise do movimento trotskista, sendo antes uma contribuição para tal tarefa, que segue em aberto. Ao mapeamento e à sistematização aqui apresentados das diferentes (re)leituras do arcabouço teórico-programático original da Quarta Internacional, efetuadas sob o impacto das revoluções do pós-guerra, se faz necessário adicionar também uma análise detalhada das diferentes pressões que atuavam sobre (ao menos) suas principais seções nacionais do pós-guerra – a norte-americana, a francesa e a inglesa – no sentido de melhor explicar o que originou essas diferentes (re)leituras. Mas essa tarefa precisa se constituir enquanto agenda para a articulação entre diferentes pesquisadores(as), não uma empreitada individual.

### O arcabouço teórico-programático trotskista e as revoluções do pós-guerra

Na elaboração de sua teoria da revolução permanente, um dos principais pilares teóricos da Quarta Internacional, Trotsky concluía ser impossível a realização de uma revolução democrático-burguesa na época imperialista, devendo as tarefas nacional-democráticas serem realizadas através de uma ligação orgânica com as socialistas, tendo como *sujeito social* da revolução o proletariado e como *sujeito político* o partido marxista. Essa conclusão derivava da compreensão da economia capitalista como constituindo uma totalidade e do caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista daí advindo. Pois as formações sociais de industrialização “tardia” ou “hipertardia” foram penetradas e moldadas pelos capitais imperialistas previamente existentes, de forma que suas burguesias nativas nasceram em situação de dependência para

com esses, bem como para com as velhas elites agrárias locais, com as quais se mesclaram.

Portanto, essas burguesias não só não estariam interessadas na implementação do programa nacional-democrático das revoluções burguesas “clássicas” (a saber, reforma agrária, independência nacional e democracia), como seriam estruturalmente incapazes de realizá-lo. Caberia, então, ao proletariado realizar tais tarefas – uma vez que o campesinato seria uma classe por demais heterogênea para ser capaz de uma ação política independente. Mas, ao fazê-lo, ele se chocaria diretamente com os interesses dessa burguesia e dos capitais imperialistas, necessitando expropriá-los para efetivamente implementar tal programa. Dessa forma, as demandas nacional-democráticas acabariam mesclando-se com as socialistas em um processo de transformação permanente – que inclusive precisaria continuar interna e internacionalmente após a revolução, como parte da transição rumo ao socialismo. Mas o proletariado, para ser vitorioso em sua empreitada, necessitaria da firme liderança de um partido marxista, organicamente vinculado a tal classe.<sup>3</sup>

Por mais que Trotsky tenha cogitado a possibilidade de que “sob a influência de uma combinação de circunstâncias excepcionais (guerra, derrota, quebra financeira, ofensiva revolucionária das massas etc.), os partidos pequeno-burgueses, incluídos aí os stalinistas, possam ir mais longe do que queriam no caminho da ruptura com a burguesia” (TROTSKY, 2008, p. 52), ele continuou a defender a centralidade da necessidade do protagonismo proletário e do partido marxista na revolução – inclusive ante esses possíveis casos excepcionais, que não deveriam ser tomados como modelo.

Trotsky abordou ainda outra possibilidade excepcional de transformação social, em que o papel do sujeito político previsto em sua teoria também seria relativizado na prática (mas não sua necessidade). No contexto da divisão da Polônia entre a Alemanha e a União Soviética, ele levantou a possibilidade de uma expansão “burocrático-militar” da formação social soviética em suas regiões limítrofes, que culminasse com a expropriação da burguesia nesses países a partir de processos tutelados, para que “o regime dos territórios ocupados [estivesse] de acordo com o regime da URSS” (TROTSKY, 2011b, p.

---

<sup>3</sup> As duas principais obras em que desenvolveu tal teoria estão em Trotsky (2011a).

40). Advertiu, porém, que o critério político central da Quarta Internacional para se posicionar ante tal possibilidade não deveria ser a transformação das relações de propriedade, mas “a mudança na consciência e organização do proletariado mundial” (*ibid.*, p. 41).

O grosso dos processos revolucionários que tiveram lugar no pós-guerra ocorreu em países da periferia do sistema capitalista, nos quais o proletariado urbano era pouco numeroso – refletindo uma industrialização ainda incipiente – e nos quais uma massa assalariada rural, muitas vezes mesclada às camadas pobres do campesinato, constituía ainda a maior parte da população. Todos começaram como processos cuja pauta era nacional-democrática, e não socialista. E, apesar de suas particularidades, todos possuíram uma série de peculiaridades em comum que contrastavam com o previsto pela teoria da revolução permanente, ainda que a tenham confirmado nos seus aspectos mais gerais.

Eles tiveram, enquanto seu sujeito social principal, a força de trabalho rural, tendo apenas em alguns casos minoritários a derrubada do poder burguês sido acompanhada de insurreições por parte do proletariado urbano e, mesmo nesses casos, tendo esse desempenhado papel secundário no processo geral. Essa força era composta de forma heterogênea pelo proletariado rural, por pequenos proprietários produtores e por uma vasta massa de produtores arrendatários e de ex-camponeses recém-expropriados e socialmente desenraizados pelo avanço das relações capitalistas no campo.<sup>4</sup>

E tiveram enquanto sujeitos políticos organizações que não defendiam em suas estratégias algo além do programa nacional-democrático pelo qual o referido sujeito social se mobilizou. Tais sujeitos políticos foram ou Partidos Comunistas, cuja lógica etapista os fazia atribuir caráter “democrático-burguês” às revoluções que deveriam ocorrer na periferia capitalista, não colocando o socialismo na ordem do dia, ou grupos que sequer proclamavam adesão formal a ideias socialistas e à centralidade do proletariado enquanto sujeito social revolucionário, tendo caráter nacionalista e forte peso da *intelligentsia* urbana

---

<sup>4</sup> Para um debate sobre tal força de trabalho rural e seu papel nas revoluções do século XX ver as contribuições de Alavi (1965); Petras (1978a, 1978b) e Wolf (1969).

de corte pequeno-burguês em suas fileiras e liderança (como no caso da Revolução Cubana).

Ademais, em tais processos não houve instituição de órgãos democráticos de controle político (*soviets*), sendo que, nos casos em que esses surgiram em algum momento, ou foram violentamente suprimidos pela liderança do processo (como no Vietnã), ou não possuíam poder real (como em Cuba ou Iugoslávia, onde foram criados de cima para baixo).

Por fim, aqueles processos que não foram esmagados ainda no nascedouro, formaram, no momento imediatamente posterior à destruição do Estado burguês, governos de coalização com representantes da burguesia nativa e mantiveram juridicamente a propriedade privada. Mas, não obstante (e aqui está a referida confirmação dos aspectos gerais da teoria de Trotsky), aqueles que de fato realizaram (algumas) das tarefas nacional-democráticas a que se propunham – uma minoria dos casos – só o puderam fazer a partir da ruptura dessa coalização de colaboração de classes e da expropriação dos capitais nativos e imperialistas, liquidando o capitalismo e originando formações sociais que, em seus aspectos estruturais mais gerais, bem como em seus regimes políticos, eram muito similares à União Soviética. E foi apenas nesse segundo momento que as respectivas lideranças adotaram discursos socialistas, e não mais nacional-democráticos ou nacionalistas.

Tais casos excepcionais tiveram lugar na Iugoslávia (1944-1948), Albânia (1944-1945, ignorada pelos trotskistas da época), China (1949-1953), Coreia do Norte (1946-49), Vietnã (1950-1951 e 1975), Cuba (1959-1960) e Laos (1975). A esses, deve-se acrescentar a expansão da União Soviética no Leste Europeu no final da Segunda Guerra (1944-1948), que transformou as relações sociais da região de forma burocrático-militar, através da ocupação do Exército Vermelho/Soviético.<sup>5</sup>

As seções a seguir apresentam um mapeamento de como diferentes alas do movimento trotskista internacional reagiram a parte desses eventos (aqueles

---

<sup>5</sup> Essa síntese foi realizada a partir da leitura crítica de obras como Brown (2009); Coggiola (1986); John (2009); Lister (1985); Yazbek (2010).

compreendidos entre 1944-1963) e quais foram as (re)leituras por elas operadas para analisarem, explicarem e se posicionarem ante os mesmos.<sup>6</sup>

### A transição gradual ao socialismo e autorreforma do stalinismo

Da parte da ala majoritária do movimento trotskista a partir da fusão de SI e SU, liderados ao longo do período aqui analisado por Pablo, Mandel, Pierre Frank e Livio Maitan, nem sempre conformando um bloco unido<sup>7</sup> – as principais análises, explicações e posicionamentos para tais eventos giraram em torno da introdução no arcabouço teórico-programático original das noções da possibilidade de uma *transição gradual* entre capitalismo e ditadura do proletariado e de que tal transição poderia ser operada por sujeitos políticos não marxistas (trotskistas).

Inicialmente (ao longo de 1944-1948), movida pela caracterização do stalinismo como *intrinsecamente contrarrevolucionário*, a direção da Quarta Internacional negou que o Leste Europeu houvesse deixado de ser capitalista, tendo as teses do *2º Congresso Mundial* (1948) afirmado que tal região tinha uma “estrutura fundamentalmente capitalista”, sendo seus Estados *burgueses* e dotados de regimes bonapartistas “em forma extrema” (URSS, 1948, p. 121-23). Porém, desde a *Conferência Internacional* de 1946 se encarava que tal região passava por uma transformação *gradual* das relações sociais, as quais (dizia-se) estavam sendo realizadas “burocraticamente a partir do topo, sem chamar pela conquista do poder pelo proletariado”, através de uma integração “fria” daqueles países à União Soviética. A esse processo se nomeou *assimilação estrutural*. (NEW, 1946, p. 172)

Essa tese de uma alteração gradual que ainda não havia se completado só foi alterada em meados de 1950, a partir do entusiasmo que tomou setores da

---

<sup>6</sup> Para uma análise mais detalhada, caso a caso, de como essas (re)leituras foram desenvolvidas ao longo do tempo, ver Monteiro (2016), Capítulos 3 a 6.

<sup>7</sup> Pablo, a principal figura dentro do Comitê Executivo Internacional criado no pós-guerra e verdadeiro senhor de seu braço executivo, o Secretariado Internacional, paulatinamente perdeu influência ao longo da segunda metade dos anos 1950, especialmente quando aderiu a teses terceiro-mundistas, ante a eclosão da Guerra de Independência da Argélia (FRANK, 1979; ALEXANDER; 1991).

Quarta Internacional ante a “ruptura Tito-Stalin” (junho de 1948), expresso no apoio acrítico a Tito e seu regime. Pois a maioria do *Comité Ejecutivo Internacional* (CEI – órgão deliberativo do qual o SI era o braço operativo), em especial Pablo, avaliou que tal ruptura significava que o PC iugoslavo havia deixado de ser um partido stalinista e se tornado “centrista de esquerda”, evoluindo rumo a se tornar revolucionário.

E após intensa disputa no interior da liderança, principalmente entre Pablo (que se tornou favorável à mudança da caracterização) e Ernest Mandel (outro militante conduzido à direção internacional pelo SWP, que mantinha sua avaliação acerca da incompletude do suposto processo de “assimilação estrutural”), aprovou-se no seu 8º Pleno, de abril de 1950, a caracterização da Iugoslávia como um “Estado operário” e uma “ditadura do proletariado”. Seguindo-se a essa mudança, aprovou-se no 9º Pleno, de novembro de 1950, resolução reconhecendo a destruição do capitalismo no Leste Europeu como um todo e classificando as demais formações sociais da região como *Estados operários burocraticamente deformados* (NORDEN, 1993).

Mas a explicação final para a transformação do Leste Europeu incorporou a tese gradualista da “assimilação estrutural”, encarando que esta havia ocorrido ao longo do período 1944-1948. De forma semelhante, encarou-se que houve um período intermediário entre capitalismo e ditadura do proletariado na Iugoslávia, entre 1944 e a ruptura com Moscou e com os representantes burgueses do governo provisório em 1948 (CLASS, 1951; RESOLUTION, 1950).

Levando em conta também a experiência da Revolução Chinesa, a liderança internacional passou a encarar que um PC que rompe com Moscou e procura ir além de seu programa nacional-reformista deixa de ser *contrarrevolucionário*, tornando-se *centrista* e rumando a se tornar revolucionário, devendo ser *apoiado criticamente* (YUGOSLAV, 1951; THIRD, 1952). Posteriormente, essa lógica de apoio foi estendida ainda a grupos nacional-reformistas pequeno-burgueses com influências de massas, como nos casos argelino e cubano. E, apesar do *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR) boliviano, que assumiu o poder com a revolução derrotada de 1952, ser uma formação claramente burguesa, ainda que com uma ala com forte influência sindical, ele foi assim caracterizado pela liderança internacional para justificar o apoio da seção local a seu governo.

Para sustentar analiticamente essas posições, Pablo, Mandel e a ala majoritária da liderança internacional realizaram uma releitura da expressão “Governo Operário e Camponês” para explicar os governos de coalização com elementos burgueses formados num primeiro momento desses processos revolucionários. Assim, ela foi utilizada para designar um “duplo poder” *no interior do Estado* e para apontar como tarefa para os trotskistas o apoio crítico a tais governos, com a perspectiva de “empurrá-los” à destruição do capitalismo e à formação de Estados operários (YUGOSLAV, 1951; THIRD, 1952). Ou seja, eles transformaram o que antes era um *slogan* agitativo (tradicionalmente utilizado no léxico bolchevique e trotskista enquanto sinônimo para ditadura do proletariado – TROTSKY, 2008, p. 52; PABLO, 1947) em um conceito de *regime de transição* entre capitalismo e ditadura do proletariado, que poderia ou avançar na expropriação da burguesia ou recuar para a consolidação do poderio desta.

Além disso, o utilizaram como base para conferir apoio político a regimes diversos. No referido caso da Revolução Boliviana, o *Partido Obrero Revolucionario* colocou sua influência de massas dentro da *Central Obrera Boliviana* a serviço da “ala esquerda” do governo do MNR, levando a resultados trágicos (VILLA, [1992]; JOHN, 2009). Na guerra de independência da Argélia (1954-1962), se apoiou a *Frente de Libertação Nacional* (FLN) e seu governo (O’DANIEL, 1958; RÉOLUTION, 1962).

Além disso, em relação aos regimes criados pelos processos iugoslavo e chinês, tal ala negou que houvesse neles uma ausência qualitativa de democracia, concluindo que possuíam apenas “deformações burocráticas”, que poderiam ser *reformadas* a partir de pressões de esquerda sobre suas lideranças – donde a não defesa de uma *revolução política*. Dessa forma, descartaram a necessidade de construção de um partido trotskista independente, apontando, no máximo, a perspectiva de formação de uma “ala esquerda” no interior do partido à frente do regime. (YUGOSLAV, 1951; THIRD, 1952) A mesma lógica, assentada sobre a possibilidade de uma “autorreforma” do stalinismo, foi depois aplicada ao caso cubano (1959 – RÉVOLUTION, 1960).

Por fim, apesar de ter reconhecido a preponderância da força de trabalho rural nesses três processos (definida de forma simplista como “campesinato”), tal ala majoritária os considerou pura e simplesmente como *revoluções proletárias*, as quais teriam confirmado plenamente a teoria da revolução



permanente, indicando não haver diferença qualitativa entre os resultados almejados pelos trotskistas e aqueles concretamente realizados. Assim, ditos processos foram tomados como modelos, uma via mais fácil ao socialismo – a despeito de sua excepcionalidade numérica diante de várias outras situações explosivas que ocorreram no mesmo período e da ausência de democracia proletária e de orientação internacionalista dos regimes criados.

Cabe destacar ainda que, durante certo tempo (1951-1954), predominou entre a maioria da liderança internacional a análise mais particular desenvolvida por Pablo, segundo a qual uma iminente Terceira Guerra Mundial forçaria o stalinismo a operar um “giro revolucionário” mundo afora como forma de assegurar a sobrevivência da burocracia soviética. Esta, ademais, supostamente seria dissolvida paulatinamente após a revolução mundial, como fruto direto do desenvolvimento das forças produtivas. Daí Pablo derivou a perspectiva de que o papel do trotskismo seria o de ser uma “ala esquerda” desse stalinismo tornado “objetivamente revolucionário”, inclusive adentrando os PCs através do ocultamento de partes de seu programa e da sua própria identidade trotskista (o “entrismo *sui generis*”, aplicado com resultados desastrosos em lugares como China). (PABLO, 1951a, 1951b e 1952)

Apesar dessas ideias mais particulares de Pablo, comumente designadas por seus críticos de “revisionismo pablista”, terem tido vida curta (devido à *détente* de meados dos anos 1950, como já mencionado), elas compartilham do núcleo básico por detrás das (re)leituras operadas por essa ala majoritária do movimento. Núcleo esse caracterizado pela noção de que sujeitos políticos “imperfeitos” (stalinistas ou centristas) podem ser levados a dirigirem uma revolução socialista, se pressionados por determinadas condições objetivas, devendo os trotskistas apenas “guiá-los” e “empurrá-los” para a esquerda, ao invés de tentarem se constituírem enquanto liderança de massas alternativa. E também de que as burocracias dos Estados operários do pós-guerra poderiam se autorreformular rumo a uma genuína democracia proletária.

Assim, se não se pode falar em “pablismo” para designar de forma precisa tal ala (uma vez que as ideias particulares de Pablo tiveram vida curta), certamente se pode afirmar que ela realizou uma releitura de alguns dos pontos mais essenciais do que era o trotskismo antes da Segunda Guerra, originando uma nova estratégia. Estratégia essa formulada com base na perspectiva da

possibilidade de sujeitos políticos “imperfeitos” que ascendem ao poder via mobilizações de massas, formando “Governos Operários e Camponeses”, serem “empurrados” a criar Estados operários. Ante o que os trotskistas ficariam reduzidos a um papel secundário, não mais almejando o objetivo central da Quarta Internacional quando de sua fundação – o de ser a solução para a “crise de direção” do proletariado. Essa estratégia perdurou até o giro reformista do SU, nos anos 1980.

### Os “antipablistas” e a ausência de análises alternativas

Os autointitulados “trotskistas ortodoxos” ou “antipablistas” – os setores que inicialmente compuseram o CI, como o SWP dos Estados Unidos, a *Socialist Labour League inglesa* (SLL, nome que assumiu o *The Club* ao deixar o *Labour Party*), o Parti Communiste Internationaliste (PCI) – *La Verité* francês e o *Secretariado Latinoamericano del Trotskismo Ortodoxo* (SLATO) de Nahuel Moreno (pseudônimo de Hugo Bressano) – apesar de sua ruptura com os que os consideravam “revisionistas”, mantiveram as mesmas análises desenvolvidas por eles para explicar a transformação do Leste Europeu e as revoluções Iugoslava e Chinesa. Isto é, PCs que deixaram de ser stalinistas por irem além de seu programa nacional-reformista; existência de regimes transitórios entre capitalismo e ditadura do proletariado; possibilidade de revoluções bem-sucedidas liderados por sujeitos políticos “imperfeitos” e sujeitos sociais não proletários. Inclusive, compartilharam momentaneamente o entusiasmo com Tito e o Partido Comunista iugoslavo.

Portanto, não contestaram a perspectiva de uma nova estratégia de transformação social gradual e liderada por não marxistas. Todavia, ainda que tardiamente, no contexto da ruptura de 1953 e da formação do CI, denunciaram o que viam enquanto um “liquidacionismo” dos “pablistas” em relação ao stalinismo, combatendo a proposta do “entrismo *sui generis*” e se recusando ao “apoio crítico” aos governos chinês e iugoslavo, defendendo a necessidade de uma revolução política para instaurar uma democracia proletária por consideraram ambos como *Estados operários burocraticamente deformados*. (FAVRE, [1952]; THIRD, [1955]; CANNON, 1953)

Mas alguns – como o SWP e SLATO – por não terem produzido análises alternativas para os casos do Leste Europeu, Iugoslávia e China, chegaram a conclusões semelhantes às do SI frente a processos como o argelino – de apoio crítico primeiro ao MNA (“Movimento Nacionalista Argelino”) e depois à FLN (Magri, 1958) – e o cubano – de apoio crítico ao *Movimiento 26 de Julio* (M26J). Assim, consideraram que tais forças seriam capazes de trazer o socialismo a ditos países a partir da construção de “Governos Operário e Camponeses” que, posteriormente, se transformariam em Estados operários (DRAFT, 1961; MORENO, 1962). Daí a reaproximação que formou o SU em 1963 (DYNAMICS, 1963).

O SWP, sob a liderança de Joseph Hansen, foi mais além, tornou-se cada vez mais “castrista”, no sentido de que a sua defesa da Revolução Cubana e seu apoio político ao regime castrista transformaram-se em seu centro gravitacional, a ponto de o partido ter paulatinamente abandonado a defesa de uma internacional trotskista e do próprio trotskismo. Ao longo da primeira metade dos anos 1980, então sob a liderança de Jack Barnes, passou a defender a formação de uma nova internacional encabeçada pelas forças castristas, através do abandono da teoria da revolução permanente e sua substituição pela perspectiva estratégica de construir “Governos Operários e Camponeses” em todo o mundo, como o primeiro passo necessário para a construção de uma ditadura do proletariado. (BARNES, [1983] 2002)

Já desde o SLATO, Nahuel Moreno realizou uma síntese que se apresentava enquanto revisão/atualização da teoria da revolução permanente e preconizava uma estratégia de revolução em duas fases – uma primeira “inconsciente” (“fevereiro”) e uma segunda “conscientemente socialista” (“outubro”). Na primeira fase, marcada pelo programa nacional-democrático e pela formação de governos de coalizção com a burguesia nativa, os trotskistas deveriam apoiar as lideranças “inconscientemente revolucionárias” do processo e inclusive fundir com elas na forma da “Frente Única Revolucionária”, a fim de que fossem além

de seu programa e rompessem com a burguesia, permitindo a transição para a segunda (socialista) (MORENO, [1958] e 1962).<sup>8</sup>

Por sua vez, outros grupos do CI – como a SLL inglesa (liderada por Gerry Healy, Michael Banda e Cliff Slaughter) e o PCI *La Verité* francês (liderado por Stéphane Just e Pierre Lambert) – apesar de também não terem desenvolvido análises alternativas àquelas herdadas do período 1944-53, e de terem apoiado o MNA como sendo a “ala socialista” da Revolução Argelina (BANDA, 1958), diante do caso cubano se contrapuseram ao que viram como “capitulação” do SWP, SLATO e SI ao M26J. Ante a aproximação de setores do CI com o SI, eles passaram a defender que a Teoria da revolução permanente significava que uma revolução só pode ocorrer sob a liderança de um partido revolucionário (trotskista).

Todavia, o não desenvolvimento de explicações alternativas para as análises gradualistas dos processos revolucionários anteriores fez com que eles tivessem dificuldades em explicar o caso cubano, tendo negado que ocorreram mudanças sociais qualitativas e afirmado que o país permanecia sendo uma formação social *capitalista*. A SLL caracterizou o governo do M26J como uma “ditadura bonapartista capitalista” e o PCI como um “governo burguês fantasma” – sendo que esse modificou sua caracterização após quase duas décadas, em 1979, para “Estado operário deformado”, cuja origem foi explicada pela noção gradualista contida no novo conceito de “Governo Operário e Camponês” (POSITION, 1961; OPPORTUNISM, [1963] 1974; LISTER, 1985, p. 117).

### As análises alternativas de alguns “antipablistas” esquecidos

Existiam ainda outras posições entre os nem um pouco homogêneos autointitulados “trotskistas ortodoxos”/“antipablistas”. Alguns setores

---

<sup>8</sup> Mais tarde, em meados dos anos 1980, Moreno adicionou à sua revisão / atualização a noção de “revolução democrática triunfante”, segundo a qual a mudança de *regime político* dentro do Estado burguês constitui uma “revolução de fevereiro” e, conseqüentemente, pode ser a antessala da revolução socialista. Sendo que tal processo seria passível de ter como sujeito social até mesmo a burguesia liberal e como sujeito político até membros do alto escalão do aparato militar burguês (como no caso do General Bignone, na transição argentina de 1983) (MORENO, 1984 e 1985).

minoritários – frequentemente ignorados pela História – apresentaram não só posicionamentos diferentes, como também análises alternativas para as revoluções do pós-guerra. Foi o caso do *Revolutionary Communist Party* (RCP) inglês, o único setor da Quarta Internacional que, ainda nos anos 1940, se enfrentou primeiro com a caracterização do Leste Europeu como sendo capitalista e depois com as novas teses e releituras desenvolvidas para explicar a transformação desse e da Iugoslávia segundo uma lógica gradualista (bem como o apoio a Tito). Após anos de duros enfrentamentos com a liderança internacional, que demandava dele um “entrismo profundo” no *Labour Party* e que chegou a rachar o grupo para tal (daí a origem do *The Club*), ele foi dissolvido em 1949, tornando-se parte do *The Club* no interior do *Labour Party*, e teve sua liderança original expurgada.

Foi também o caso de duas tendências que surgiram em momentos diferentes no interior do SWP dos Estados Unidos, a “Tendência Vern-Ryan” (do setorial de Los Angeles) e a “Tendência Revolucionária” (dos setoriais de Nova York e da Bay Area de São Francisco), que contestaram as credenciais “ortodoxas” e antipablistas” da liderança do partido (James Cannon, Joseph Hansen, Murry Weiss, Farrel Dobbs). A primeira, entre 1950-1954, criticou a tese gradualista utilizada para explicar os processos do Leste Europeu, Iugoslávia e China e o apoio político dado aos dirigentes desses dois últimos, além de ter se oposto à linha adotada ante a Revolução Boliviana. A segunda, entre 1961-1963, criticou o apoio político ao regime cubano do M26J, a reaproximação acrítica com o SI e a política de não disputar o movimento pelos direitos civis e apoiar, ao invés, as suas lideranças.

Não tendo coexistido, o que se pode afirmar é que esses grupos possuíam posicionamentos centrais em comum, alguns dos quais, inclusive, “herdados” daqueles que os precederam – posicionamentos esses que apresentavam leituras diferentes tanto dos trotskistas majoritários do SU, quanto dos que supostamente combatiam o “revisionismo” desses desde uma posição “ortodoxa” (SLL e PCI)<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> São muitos os documentos a serem elencados aqui, mas os centrais são Amendments (1948); Letter ([1948] 1993); Vern (1953); Wohlforth, ([1961] 1993); Defense, (1962).

O RCP e a “Tendência Vern-Ryan” criticaram a ideia de que o stalinismo seria *intrinsecamente contrarrevolucionário*, afirmando que esta era uma abordagem unilateral e que era dela que advinha a capitulação ao mesmo por parte dos “pablistas” (por encararem que um PC que dirige uma revolução deixa de ser contrarrevolucionário) e a negação das mudanças advindas das revoluções por eles dirigidas por parte dos supostos “ortodoxos” (por esses encararem que era impossível uma revolução sem marxistas à sua frente). De forma semelhante, a “Tendência Revolucionária” criticou a afirmação dos supostos “ortodoxos” que permaneceram no CI após 1963 de que não haviam ocorrido mudanças sociais qualitativas na Revolução Cubana.

Em contraposição, resgatavam as análises de Trotsky sobre o caráter dual da burocracia soviética para explicar o que havia ocorrido no Leste Europeu. Já para explicar as Revoluções Iugoslava e Chinesa, a “Tendência Vern-Ryan” estendeu essa caracterização do stalinismo ao plano internacional, considerando-o *centrista*, ao passo que a “Tendência Revolucionária” simplesmente apontou a *possibilidade excepcional* de um partido não-revolucionário com base de massas e direção pequeno-burguesa dirigir uma revolução, conforme já constava no *Programa de Transição* (1938).

Ademais, o RCP e a “Tendência Vern-Ryan” negaram, via teoria da revolução permanente, a possibilidade de existência de *regimes sociais intermediários* entre capitalismo e ditadura do proletariado, apontando que o que ocorreu nas revoluções do pós-guerra foram expropriações políticas inconscientes (pois não socialistas, mas desejosas de uma conciliação impossível com a burguesia e o imperialismo), as quais logo precisaram adentrar no terreno das expropriações econômicas para evitar a contrarrevolução (ou foram derrotadas por sua vacilação em fazê-lo). E, ainda que a “Tendência Revolucionária” tenha recorrido à categoria de “Estado/regime transitório”, similar à releitura de “Governo Operário e Camponês” da ala majoritária, os três grupos negaram a possibilidade de transformações sociais anticapitalistas *graduais*.

Dessa maneira, eles analisaram a transformação do Leste Europeu como fruto de uma *expansão burocrático-militar* da União Soviética, que expropriara politicamente a burguesia já em 1944, ainda que apenas em 1948 a tenha eliminado formalmente do governo. Dessa forma, teria ocorrido uma

transformação qualitativa logo ao fim da guerra, não um processo gradual de mudança social. E consideraram os processos iugoslavo, chinês e cubano como *casos excepcionais*, nos quais a lógica objetiva forçara lideranças não revolucionárias a irem além de seus programas, pois suas lideranças necessitaram expropriar política e economicamente as burguesias nativas e capitais imperialistas não apenas como única forma de realizarem as demandas nacional-democráticas almejadas pelas massas, mas essencialmente como forma de assegurar sua existência física em um contexto de guerra civil.

Entretanto, encararam que as lideranças dos processos que efetivamente expropriaram a burguesia não deveriam ser apoiadas, pois eles teriam originado *Estados operários burocraticamente deformados*, com uma liderança avessa à expansão internacionalista da revolução e, efetivamente, contrarrevolucionária no plano internacional. Com base nisso, defendiam a perspectiva de formação de partidos marxistas (trotskistas) capazes de liderarem uma *revolução política* para a instauração de regimes de genuína democracia proletária. E não viam tais processos como um modelo ou regra que demandasse uma nova estratégia revolucionária, tendo apontado a existência de muitos outros casos onde o caminho seguido foi o contrário, isto é, da conciliação com a burguesia e o imperialismo à custa das demandas nacional-democráticas e, conseqüentemente, também do socialismo.

Ademais, a “Tendência Vern-Ryan” apontou o caso da Revolução Boliviana de 1952 como prova de que os “antipablistas” compartilhavam dos mesmos desvios metodológicos fundamentais dos “pablistas”. Daí os acordos práticos que aqueles demonstraram com esses em torno do apoio crítico ao governo de coalização formado pelo MNR (e ainda mais abertamente, à “ala esquerda” desse partido), o que deixou a luta pelo poder proletário fora da ordem do dia (RYAN, 1954).

Todavia, apesar dessas importantes diferenças com os autodenominados “trotskistas ortodoxos”, cabe ressaltar que esses setores não questionaram a noção de que o sujeito social de muitos processos revolucionários do pós-guerra foram “camponeses pobres”, tendo igualmente falhado em detectar as importantes mudanças pelas quais passou a força de trabalho rural como consequência da profunda expansão de capitais imperialistas para a periferia capitalista no pós-guerra. E falharam também em detectar a participação

proletária, ainda que reduzida, mas presente nos momentos cruciais das expropriações econômicas.

## Apontamentos finais

Obviamente a história do movimento trotskista internacional não termina com a reunificação parcial de 1963 – essa apenas encerra um de seus capítulos e abre outro novo. Mas, apesar dos debates e análises tecidos pelos diferentes grupos acerca de eventos posteriores (em especial os debates sobre a *via guerrilheira*) compõem parte essencial dessa história, o arcabouço teórico-analítico e programático utilizado por eles foi essencialmente aquele aqui apresentado. Salvo exceções pontuais, os debates que vão de 1963 ao fim dos anos 1970 não são propriamente teóricos, mas concernentes centralmente a como aplicar devidamente, no decorrer de intensos conflitos de classes, aquelas ideias anteriormente formuladas.

Os desenvolvimentos posteriores desse movimento, que culminaram em sua crescente divisão organizativa, também estão menos ligados a debates novos e mais a velhos debates aplicados a novos casos, bastante similares àqueles “originais” que constituíram as matrizes interpretativas elaboradas por cada grupo. Assim, sem descartar a importância do período que vai da reunificação de 1963 aos novos eventos explosivos dos anos 1980 – as contrarrevoluções capitalistas dentro do “bloco soviético”, as quais constituem ainda um novo capítulo decisivo da história do trotskismo – pode-se afirmar que o *essencial* para compreender esse primeiro longo capítulo do pós-guerra (1944 a fins da década de 1970) se encontra nos debates e disputas travadas ao longo dos anos 1940-1960.

Conforme visto, as revoluções do pós-guerra ocasionaram entre os trotskistas da época uma série de diferentes releituras acerca do arcabouço teórico programático original do movimento, as quais nem sempre foram explícitas<sup>10</sup>. Todavia, os dois polos principais que se formaram, os quais

---

<sup>10</sup> Há ainda outras releituras importantes além daquelas aqui abordadas, como a tese do *bonapartismo proletário* de Ted Grant (International Marxist Tendency) e a tese da *revolução permanente desviada* de Tony Cliff (International Socialist Tendency). Para uma síntese delas, ver Monteiro (2016).



acabaram por se consolidar em 1953 na forma de uma Quarta Internacional desfalcada e de um frouxo “Comitê Internacional” com funções de fração pública, estavam longe de serem blocos homogêneos e defensores de análises e posicionamentos diametralmente opostos, como dão a entender as diferentes narrativas ainda hoje predominantes.

Sob as diferentes e poderosas pressões de produzir respostas para eventos políticos inesperados, ao mesmo tempo em que se encontravam altamente isolados ante as forças que puderam superá-los internacionalmente em termos de visibilidade e influência, a maior parte dos trotskistas acabou por se distanciar do sofisticado arcabouço teórico-analítico herdado do pré-guerra, em especial das contribuições pessoais de Leon Trotsky. Sob tais pressões, somadas às pressões particulares a que cada grupo trotskista estava submetido em seu país, eles substituíram a necessidade da “análise concreta da situação concreta” pela pronta aplicação de diferentes fórmulas quase que mecânicas, engessando assim tal arcabouço.

Sem levar em conta essas diferentes análises e posicionamentos, fruto de pressões diversas, mas, sobretudo, da necessidade de compreender fenômenos inesperados e em certa medida genuinamente novos, é impossível entender como o trotskismo acabou por se fragmentar em “troncos históricos” muito distintos uns dos outros. Em grande parte, é dessas análises e posicionamentos que advêm as origens de boa parte deles. Mas o resgate dos debates travados no seio do movimento trotskista internacional e o mapeamento do aspecto teórico-programático da sua trágica crise representam apenas um primeiro passo para compreendê-la. Deve-se, pois, ter em mente que é impossível atingir uma compreensão plenamente apurada acerca dessa crise sem uma dimensão social da história desse movimento, sendo o presente trabalho apenas uma contribuição para a tarefa de resgatar o internacionalismo proletário que a Quarta Internacional tentou concretizar. Resgate esse que, tanto do ponto de vista historiográfico, quanto político, segue por ser concretizado.

## Referências bibliográficas

ALAVI, H. Peasants and revolution. In.: MILIBAND, R.; SAVILLE, J. (eds.). *The Socialist Register*. London: The Merlin, 1965.

- ALEXANDER, R. J. *International Trotskyism, 1929-1985: a documented analysis of the movement*. Durham: Duke University, 1991.
- BENSAÏD, D. *Os trotskismos*. Lisboa: Combate, 2008 [2002].
- BORSTEIN, S.; RICHARDSON, A. *The war and the international: a history of the British Trotskyist movement, 1937-1949*. London: Socialist Platform, 1986.
- BROWN, A. *The rise and fall of Communism*. New York: Harper Collins, 2009.
- COGGIOLA, O. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Moderna, 1986. Disponível em <http://tinyurl.com/ou3ywpz>. Acessado em dezembro de 2015.
- FELDMAN, F. Section I: The Parity Commission and Peng Shu Tse's "Pabloism Reviewed". In.: WOHLFORTH, T; Feldman, F. (ed.). *Toward a History of the Fourth International*. New York: Pathfinder Press, 1977. v. I
- FRANK, P. *Fourth International. The Long March of the Trotskyists* London: Ink Links, 1979 [1969].
- JENKINS, P. Where Trotskyism got lost: The restoration of European democracy after the Second World War. *Spokesman' pamphlet*, n. 59, 1977. Disponível em: <http://tinyurl.com/qb8vluv>. Acessado em abril de 2015.
- JOHN, S. S. *Bolivia's Radical Tradition: Permanent Revolution in the Andes*. Tucson: The University of Arizona Press, 2009.
- LISTER, J. *Cuba. Radical Face of Stalinism*. London: Left View Books, 1985.
- MARIE, J. J. *O Trotskismo*. São Paulo: Perspectiva, 1990 [1977].
- MONTEIRO, M. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-1963)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.
- NORDEN, J. Yugoslavia, East Europe and the Fourth International. The Evolution of Pabloite Liquidationism. *Prometheus Research Series*, n. 4, p. 5-55, 1993.
- NORTH, D. *The Heritage We Defend: A Contribution to the History of the Fourth International*. Londres: Paperback, 1988.
- PETIT, M. *Apuntes para la historia del trotskismo (de 1938 a 1964)*. Buenos Aires: [s/n], 1980.
- PETRAS, J. Socialist Revolutions and their Class Components. *New Left Review*, n. 111, p. 37-63, 1978a.
- \_\_\_\_\_. Toward a theory of twentieth century socialist revolutions. *Journal of Contemporary Asia*, n. 3, p. 167-195, 1978b.

- SAGRA, A. *História das Internacionais Socialistas*. São Paulo: Sundermann, 2005.
- TROTSKY, L. *A teoria da revolução permanente*. São Paulo: Sundermann, 2011a.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa do marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2011b.
- \_\_\_\_\_. *O programa de transição para a revolução socialista*. São Paulo: Sundermann, 2008.
- VILLA, J. *A Revolution Betrayed. The POR and the Fourth International in the Bolivian Revolution*, 1992. Disponível em: <http://tinyurl.com/zkhg4wq>. Acessado em novembro de 2014.
- Wolf, E. *Peasant Wars of the Twentieth Century*. New York, Evanston, London: Harper & Row Publishers, 1969.
- YAZBEK, M. *A Revolução Argelina*. São Paulo: Unesp, 2010.

### Fontes primárias

- AMENDMENTS aux thèses sur La Russie et l'Europe Orientale soumis par le R.C.P. de Grande-Bretagne. *Bulletin Interieur du Secretariat Internationale*, nov. 1948.
- BANDA, M. Marxism and the Algerian Revolution. *Labour Review*, v. 3, n. 2, de mar.-abr. de 1958.
- BARNES, J. *Their Trotsky and ours*. New York: Pathfinder, 2002 [1983].
- CANNON, J. A Letter to Trotskyists Throughout the World. *The Militant*, nov. 1953.
- CLASS Nature of Eastern Europe. *Fourth International*, v. 12, n. 6, nov.-dez. 1951.
- DEFENSE of a Revolutionary Perspective, In. A Statement of Basic Position. *Discussion Bulletin*, v. 23, n. 4, jul.1962.
- DRAFT Theses on the Cuban Revolution [dez. de 1960]. *Discussion Bulletin*, v. 22, n. 1, fev.1961.
- DYNAMICS of World Revolution Today, The. *Fourth International*, n. 17, p. 114-30, out.-dez. 1963.
- FAVRE, M. Where is Comrade Pablo going? [jun. de 1952]. In: Wohlforth, T; & Feldman, F. (ed.). *Toward a History of the Fourth International*. New York: Pathfinder Press, 1977. v. I
- LETTER on Yugoslavia. Sent to the IEC by the RCP (Britain) [1948]. *Prometheus Research Series*, n. 4, 1993.

- MAGRI, P. Revolutionary Socialism and the Split in the Algerian Nationalist Movement. Repl to O'Daniel. *Discussion Bulletin*, v. 19, n. 2, abr.1958.
- MORENO, N. *Escuela de cuadros Argentina 1984*. Buenos Aires: Crux, 1992.
- \_\_\_\_\_. *La revolución Latinoamericana*. Buenos Aires: Ediciones Palabra Obrera, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Escritos sobre la revolución política*. Disponível em <http://tinyurl.com/zpck4tp>. Acessado em fevereiro de 2013.
- NEW imperialist peace and the building of the parties of the Fourth International, The. *Fourth International*, v. 7, n. 67, jun. de 1946.
- O'DANIEL, P. The Truth about the Algerian Revolution: an Open Letter to The Militant. *Fourth International* [SI], n. 2, 1958.
- OPPORTUNISM and Empiricism [1963]. In SLAUGHTER, Cliff (ed.). *Trotskyism versus Revisionism. A Documentary History. The International Committee against liquidationism*. London: New Park Publications, 1974, v. 4.
- PABLO, M. On the duration and the nature of the period of transition from capitalism to socialism. *International Information Bulletin*, jul. 1951a.
- \_\_\_\_\_. On the Slogan of “Workers and Farmer’s Government”. *Fourth International*, v. 8, n. 2, fev. 1947.
- \_\_\_\_\_. The building of the revolutionary party. *International Information Bulletin*, jun. 1952.
- \_\_\_\_\_. Where are we going? *International Information Bulletin*, mai. 1951b.
- POSITION of the French section of the International Committee on the Cuban question [1961]. *International Information Bulletin*, abr.1963.
- RÉSOLUTION du Secrétariat International sur la situation en Algérie. *Quatrième Internationale*, a. 20, n. 19, dez. 1962.
- Resolution on the Crisis of Stalinism and the Developments of the Yugoslave Revolution. *International Information Bulletin*, set. 1950.
- RÉVOLUTION cubaine, La. *Quatrième Internationale*, a. 18, n. 10, jul. de 1960.
- Ryan, S. The Bolivian Revolution and the Fight Against Revisionism. *Debate Bulletin* a. 22, out. 1954.
- THIRD Chinese Revolution, The. A Resolution of the Fourth International. *Fourth International*, v. 13, n. 4, jul.-ago. de 1952.
- THIRD, Chinese Revolution and its Aftermath, The [1955]. In.: [SWP]. *The Chinese Revolution and its Development*. New York: [s/n.], 1969.
- USSR and Stalinism, The. *Fourth International* v. 9, n. 4, jun. 1948.
- VERN, D. The Biography of Liquidation. *Debate Bulletin*, v. 15, n. 5, mar.1953.

WOHLFORTH, T. Cuba and the Deformed Workers States [1961]. In.: [Spartacist League]. *Marxist Bulletin n. 8. Cuba and the Marxist Theory. Selected Documents on the Cuban Question*, Nova York: [s/n.],1966.

YUGOSLAV Revolution. The. *Fourth International*, v. 12, n. 6, nov.-dez. 1951.